

## O MESTRADO PROFISSIONAL, OS MBAS E A REMUNERAÇÃO DO PROFESSOR

**Ricardo Pereira Câmara Leal<sup>1</sup>**

Caixa Postal 68514 - Cidade Universitária  
CEP: 21949-900 Rio de Janeiro/RJ Brasil

Tel: (21) 25989871

E-mail: [ricardoleal@coppead.ufrj.br](mailto:ricardoleal@coppead.ufrj.br)

<sup>1</sup> Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Instituto de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração

Centro de Estudos Em Finanças e Controle

CEP: 21949-900 Rio de Janeiro/RJ Brasil

### **Resumo:**

Recentemente vários artigos foram publicados sobre o mestrado profissional e sobre o seu produto final, a dissertação de mestrado. Me surpreende a ausência de artigos sobre os vencimentos dos professores, sua relação com o mestrado profissional e com outras demandas que pressionam um corpo docente com tempo escasso e muito envolvido em tarefas que visam complementar os seus rendimentos.

O mestrado profissional difere do mestrado acadêmico, a única forma de mestrado existente até recentemente, porque não visa a formação de docentes ou pesquisadores. Na prática, na área de Administração, os egressos de muitos programas já atuavam quase que exclusivamente como profissionais dos setores público e privado e não na academia. A criação do mestrado profissionalizante é resultado do reconhecimento desse fato. A proliferação dos programas de doutorado no País, juntamente com as exigências de titulação acadêmica do MEC, vem tornando insuficiente a formação de quadros acadêmicos formados somente por mestres. Dessa forma, enquanto os quadros acadêmicos vêm sendo preenchidos por doutores, os mestres são cada vez mais demandados pelas empresas e pelo governo.

Nas universidades federais, os programas de mestrado profissional podem representar uma fonte adicional de recursos. O princípio da gratuidade vem sendo questionado. O argumento para que se possa cobrar pelos mestrados profissionais é que os recursos humanos formados por esses programas irão servir às empresas e não à academia. Enquanto eu não pretendo discutir a questão da gratuidade neste artigo, vou apresentar alguns pontos para discussão sobre o assunto, derivados da minha experiência profissional por quase sete anos como professor em duas

universidades americanas. Meu enfoque será o da remuneração do professor e o conflito entre a sua atuação em atividades acadêmicas extra e o tempo que se dedica à pesquisa no País.

Vou comparar a carreira e a remuneração do docente da área de Administração no Brasil com a experiência do docente nos EUA. Trabalhei como professor nos EUA entre janeiro de 1992 e junho de 1998. Fui professor em uma universidade privada de primeira linha e em uma universidade estadual que tinha sofrido cortes orçamentários. Portanto, conheci um pouco da experiência americana por dentro.

Pretendo organizar essa discussão da seguinte forma: uma breve descrição de como o professor é remunerado nos EUA e de que consistem as suas obrigações profissionais. Em seguida, vou comparar a remuneração dos professores no Brasil com a dos professores nos EUA, bem como suas obrigações profissionais e novas demandas curriculares.

**Palavras-chave:** Mestrado profissional, MBAs, remuneração do professor.

## O MESTRADO PROFISSIONAL, OS MBAS E A REMUNERAÇÃO DO PROFESSOR

### O Professor de Administração nos EUA

Nos EUA não há tabelas salariais. O professor, quando contratado, negocia o valor da sua remuneração. Assim sendo, um professor recém contratado e júnior pode até ganhar mais do que outros com 20 anos de casa. Tudo depende da oferta e da demanda no mercado por professores. Usando a terminologia americana, inicio minha análise pelos *assistant professors*, que a rigor equivalem ao professor adjunto iniciante na universidade federal brasileira, pois têm que estar doutorados. No Brasil, porém, há uma distorção. No sistema federal, um professor com 8 anos de carreira e com doutorado no exterior é contratado como Adjunto-I da mesma forma que um professor recém doutorado no país. Essa suposta igualdade de tratamento só torna as coisas mais difíceis para que as universidades públicas contratem professores mais experientes. Esse assunto é controverso e vou deixá-lo de lado para focalizar no objeto deste artigo. Entretanto, cabe destacar a dificuldade de se ter inscrições de professores doutores qualificados para concursos públicos na área de Administração diante dos baixos salários oferecidos pelo sistema federal e dos salários mais atraentes oferecidos pelas universidades privadas.

Um *assistant professor* iniciando a carreira pode ganhar US\$80 mil por ano ou mais nas universidades de algum porte na área de finanças. As áreas de marketing e contabilidade pagam um pouco menos. Os salários em economia e organizações são mais baixos, ficando em cerca de US\$60 mil por ano na média. Para a análise que apresento a seguir, assumo um salário médio de US\$70 mil por ano.

Nas chamadas *research universities*, as universidades de pesquisa, o professor assistente irá ensinar quatro cursos por ano no máximo. O professor assistente dedica pouco tempo às atividades administrativas e muito tempo para a pesquisa. A maioria das universidades não tem programas de MBA Executivo e a participação como instrutor nesses programas, quando existem, é restrita aos professores mais sêniores, que têm a estabilidade (*tenure*). Portanto, a remuneração do professor típico consiste quase que exclusivamente do salário fixo e suas obrigações consistem de cursos na graduação, mestrado e doutorado e de virtualmente nenhuma participação em programas executivos ou de extensão.

Os salários para *associate professors* e, principalmente, para professores titulares bem sucedidos em pesquisa, podem atingir US\$200 mil por ano ou mais nas universidades de maior prestígio.

Soma-se a isso a remuneração na participação em programas de MBA executivo e consultoria, normalmente reservada apenas aos professores com *tenure*. Professores sêniores com programas de pesquisa bem sucedidos e ativos ensinam somente dois ou até mesmo apenas um curso por ano.

### **O Professor de Administração no Brasil**

No Brasil, a situação nos sistemas estaduais e federal é diferente. Temos as tabelas salariais que nivelam todos. Um professor adjunto iniciante em uma universidade federal tem rendimentos da ordem de US\$25 mil por ano, enquanto o professor titular fica com rendimentos da ordem de \$40 mil por ano. A estabilidade era atingida de imediato, sem comprovação da qualidade de um programa de pesquisa. O estágio probatório ainda não pode ser comparado ao processo de *tenure application* na universidades americanas de primeira e segunda linha, embora siga a mesma lógica mas sem o mesmo rigor.

O custo de vida para a classe média no Brasil e nos EUA não é comparável. Minha verificação casual é que viver no Brasil pode ser mais caro do que viver nos EUA. As razões para o custo de vida mais caro no Brasil são as escolas particulares para as quais enviamos nossos filhos, o custo mais alto do financiamento para adquirirmos nossas moradias e outros itens de consumo típicos da classe média que muitas vezes são mais caros no Brasil. Essa constatação vem da minha experiência pessoal de viver nos dois países e, certamente, é discutível.

Cabe observar que o custo de viver em cidades americanas como São Francisco e Nova Iorque pode ser comparável a se viver no Rio de Janeiro ou São Paulo. Por outro lado, um grande número de universidades americanas encontram-se em cidades de menor porte, enquanto no Brasil muitos dos programas afiliados credenciados pelo MEC encontram-se em cidades com mais de 1 milhão de habitantes.

Sendo assim, a grosso modo e assumindo o mesmo poder de compra dos salários, o professor brasileiro que queira ter o mesmo poder aquisitivo do professor americano no mesmo estágio da carreira tem sair de um salário fixo menor, digamos US\$25 mil por ano, para ganhar os mesmos US\$70 mil por ano médios do professor iniciante americano. Isso sem contar que os US\$70 mil médios por ano para o professor nos EUA poderiam equivar a mais no Brasil considerando o custo de vida mais alto, conforme a minha observação pessoal e casual.

Chegar à meta de US\$70 mil por ano ou mais, até bem mais, é possível para alguns, particularmente para aqueles que trabalham em escolas de grande reputação nas maiores cidades do país. Por outro lado, a maioria dos professores dos programas brasileiros fica a meio caminho entre os US\$25 mil e os US\$70 mil que assumi como meta.

Nessa busca pelo salário maior, o professor troca o tempo que seria dedicado ao aluno de pós-graduação *stricto sensu* e à pesquisa pelo tempo melhor remunerado nas atividades de consultoria e de ensino nos programas *lato sensu*, como os "MBAs". Assim, o professor brasileiro nos primeiros cinco ou dez anos posteriores ao doutorado dedica-se tanto ou mais a consultorias que um professor americano mais sênior.

Na medida em que participa mais e mais de projetos de consultoria e do ensino para executivos, sua remuneração média por hora trabalhada sobe em detrimento das atividades avaliadas pela CAPES, que constituem o *stricto sensu*. No caso das universidades públicas, com cursos gratuitos ou quase gratuitos, algumas escolas cresceram graças às atividades do *lato sensu* enquanto, por razões financeiras, os professores têm dificuldade de se dedicarem da forma que gostariam ao *stricto sensu*.

Para mim, pensar no mestrado profissional ou em outras demandas para o ensino graduado em administração, sem considerar a realidade da composição da remuneração do professor universitário, particularmente nas universidades públicas, é problemático. Apodero-me das palavras de um colega americano que conhece bem o dia a dia das escolas de negócios brasileiras ao dizer: "*Brazilian professors have too many distractions*". De fato, muitas coisas precisam da nossa atenção diante da composição de vencimentos a que nos submetemos.

Um programa de mestrado profissional irá ocupar parte do espaço ocupado pela pós-graduação *lato sensu*, aqueles cursos com a marca fantasia de MBA. Daí já termos exemplos de universidades públicas no país onde o mestrado profissional é pago, além dos mestrados profissionais de universidades privadas. O mestrado profissional representa uma ameaça à composição dos vencimentos dos professores de administração de universidades públicas brasileiras porque poderá reduzir a demanda pelos cursos de MBA *lato sensu*, reduzindo assim a remuneração dos professores.

O *stricto sensu* pago, tal qual o *lato sensu*, parece ser a única solução à vista. Se essa forma é a melhor para a sociedade eu deixo para o debate mas, considerando a nossa realidade salarial, ela me parece a única forma viável, sem que se seja hipócrita, de atendimento dessa demanda. A

outra seria remunerar decentemente os docentes para que possam se dedicar à pesquisa e ao ensino sem precisar buscar remuneração extra de forma tão agressiva. Alguém se arrisca a esperar por isso?

### **Um Prognóstico para os Mestrados Profissional e Acadêmico**

Alguns dos programas do país, particularmente aqueles localizados nas maiores cidades, já formam seus mestrados para o mercado de trabalho nas empresas. Eles são mestrados profissionais de fato. Por outro lado, fatores como o "provão" e o surgimento de novos programas de mestrado no País, aumentaram a demanda por mestres e doutores por parte das universidades de segunda linha no Brasil.

É claro que a criação do programa de mestrado profissional seria facilitada para esses programas uma vez que tanto os mestrados "acadêmicos" quanto os "profissionais" cursariam um conjunto substancial de disciplinas em comum. Entretanto, haveriam cursos específicos para cada programa, bem como, suponho eu, um aumento no número total de mestrados na instituição de ensino.

Já o fato do programa acadêmico permanecer como é no que tange o seu custo para o aluno e o seu currículo e o mestrado profissional surgir como uma fonte de rendimentos, pode levar o nosso mestrado acadêmico a receber a atenção residual dos docentes. A criação de programas de doutorado só incentivará a transformação dos mestrados acadêmicos em cidadãos de segunda classe. Talvez, considerando a experiência americana, esse seja de fato o caminho, com a virtual extinção do programa de mestrado acadêmico no futuro, assim como poucos alunos optam pelo título de M.Sc. num programa de MBA americano.

Sendo assim, me parece que há espaço tanto para o mestrado acadêmico quanto para o profissional, ambos em demanda, para os programas localizados nas grandes áreas urbanas. Assim como sempre haverá espaço para a educação de executivos. Entretanto, os programas de mestrado profissional serão mais uma demanda sobre o tempo escasso dos professores, roubando tempo de outras atividades, particularmente a pesquisa. Como todos nós só temos 24 horas por dia, as pressões de consumo e familiares fazem com que muitos de nós dediquem mais tempo para as atividades mais rentáveis, sejam elas quais forem.

A criação de programas de mestrado profissional não pode ser considerada apenas do ponto de vista do MEC ou da sociedade sem que a realidade da remuneração dos professores seja incluída

no pacote. Discussões recentes no âmbito das principais escolas de Administração indicam que é exatamente nessa direção que a maioria dos programas caminha. Entretanto, será que os membros dos diversos conselhos por onde deverão passar os projetos de mestrado profissional pago nas universidades públicas vêm as coisas desta forma? Diante dessa incerteza, vejo o mestrado profissional como uma rota inevitável e correta. Entretanto, ele é uma ameaça à manutenção de um corpo docente qualificado em Administração em uma instituição pública se não for pago e se não compensar os rendimentos perdidos com a possível redução da demanda pelos cursos de lato sensu chamados de MBA.

**Notas:**

**Bibliografia:**

BERTERO, Carlos O. Teses em Mestrados Profissionais. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba: UFPR, v. 2, n. 1, p. 165-172, jan./abr. 1998.

CAPES. Mestrado no Brasil - A Situação e uma Nova Perspectiva. **Infocapes**, Brasília: MEC, v. 3, n. 3-4, p. 18-21, 1995.

LEAL, Ricardo P. C.; POWERS, Thomas L. A Pesquisa e seu Dilema no Brasil. **Revista Rumos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro: ABDE, n. 88, p. 25-28, mar./abr. 1991.

\_\_\_\_\_. O você deve saber sobre os MBAs. **Revista Rumos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro: ABDE, no prelo, 2000.

MATTOS, Pedro L. Dissertações Não-Acadêmicas em Mestrados Profissionais: Isso é possível? **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba: UFPR, v. 1, n. 2, p. 153-171, maio/ago. 1997.

SPINK, Peter. A Formação Acadêmica e a Ciência: Ampliando o Debate sobre o Mestrado Profissional. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba: UFPR, v. 1, n. 3, p. 163-169, set./dez. 1997.